



Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Apresentação de Resultados 2019-2021



RADAR PPP

OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

agosto
2021

2 de agosto de 2021



RADAR PPP

o que fazemos

- **EVENTOS**

A Radar PPP realiza os principais eventos de PPP do Brasil, dentre eles o conhecido **PPP Awards**.

- **TREINAMENTOS**

A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da certificação **CP3P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

- **INFORMAÇÃO**

A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de mais de 3.100 projetos mapeados.

- **CONSULTORIA**

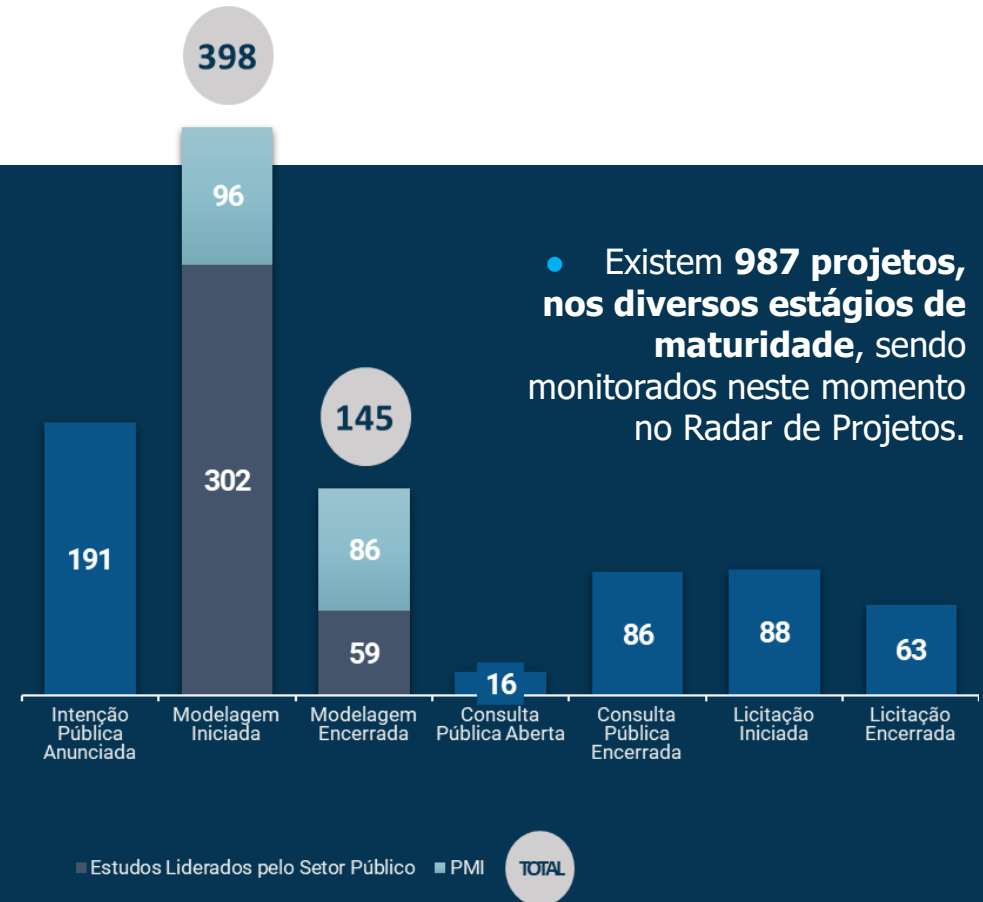
A Radar PPP tem *expertise* para atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs e Concessões, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

Conheça a carta de princípios da Radar PPP disponível em nosso site: **[clique aqui](#)**



O Radar de Projetos

- O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**
- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 3.100 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.



Existem **987 projetos**, nos diversos estágios de maturidade, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há centenas de outros projetos, não computados no gráfico acima, e muitos deles alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses, de modo que **podem retornar para situação de ativos ao longo de 2021.**

Nos últimos 30 dias...



novos projetos inseridos

foram acrescentados 69 novos projetos com maior destaque para os segmentos Resíduos Sólidos (12), Eficiência Energética e Tecnologia (10) e Água e Esgoto (9).



consultas públicas abertas

13 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, disponibilizando as minutas de documentos elaborados para a licitação, com destaque para projetos de Eficiência Energética e Tecnologia e Água e Esgoto.



licitações publicadas

foram 27 Licitações iniciadas, com maior concentração de projetos no território de São Paulo (8) e Santa Catarina (5). Destaque para o segmento de Sistema Funerário e Resíduos Sólidos em municípios de médio e grande porte.



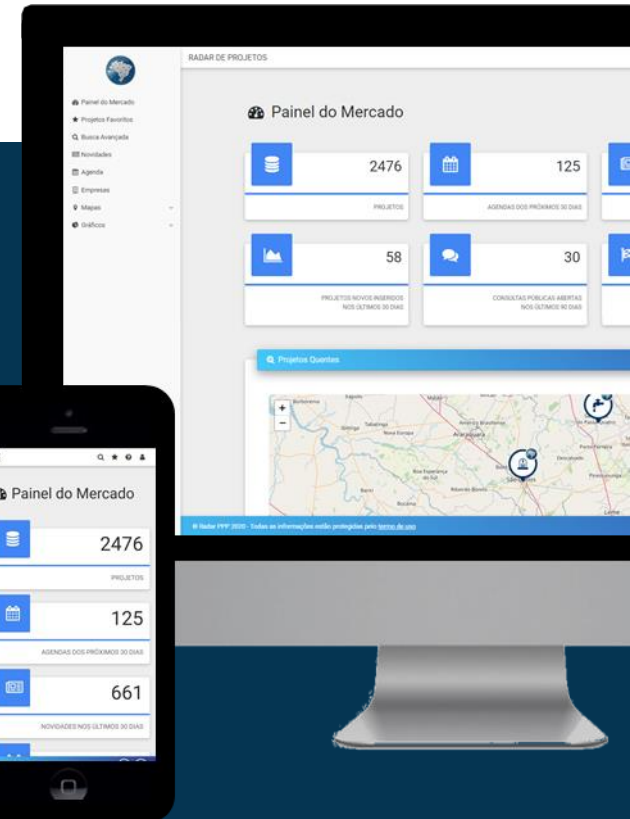
novidades capturadas

600 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 740 projetos, atualizando seus históricos.



eventos mapeados

a agenda dos projetos revela 141 eventos associados a 109 projetos para os próximos 30 dias.



Novos Projetos

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Angra dos Reis)
 Água e Esgoto
Intenção Pública Anunciada

Angra dos Reis | Rio de Janeiro

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Arapiraca)
 Água e Esgoto
Modelagem – PMI Iniciado

Arapiraca | Alagoas

Centrais Geradoras de Energia Solar Fotovoltaica para Edifícios Públicos
 Eficiência Energética e Tecnologia
Modelagem – PMI Iniciado

São Paulo | São Paulo

Resíduos Sólidos (Nova Serrana)
 Resíduos Sólidos
Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

Nova Serrana | Minas Gerais

... entre outros.

Termômetro do Radar de Projetos

O **Termômetro do Radar de Projetos** foi concebido para funcionar de maneira similar aos termômetros utilizados para medir a temperatura do corpo humano. Nesse sentido, assim como temperaturas elevadas no corpo humano indicam “doenças”, no Termômetro do Radar de Projetos isso não é diferente.

O Termômetro não irá mensurar hipotermia, sendo focado apenas na indicação da situação febril. Dessa forma, temperaturas elevadas indicam excesso de adiamentos de sessões de abertura de envelopes de licitação, suspensões de licitações e cancelamentos de licitações (“**patógenos**”) e, considerando que há ao mesmo tempo novos elementos positivos do mercado, tais fatos serão comparados como surgimento de novos projetos monitorados no Radar de Projetos (“**anticorpos**”)¹.



¹ Sem dúvida que tais expressões são meramente ilustrativas. Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>

Interpretação dos Resultados

Os resultados mensurados pelo **TRP** serão sempre superiores a 37° e **quanto mais elevados, pior** – ou seja, é maior a ocorrência de adiamentos, suspensões e cancelamentos de licitações de projetos vis a vis a publicação de novos projetos.

Acima de 41°

HIPERTERMIA

Os dados do mês em análise apresentam um comportamento muito próximos da média do comportamento do ano base (2019).

39,6° - 41,0°

FEBRE ALTA

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um primeiro nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,6° - 39,5°

FEBRE

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um segundo nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,0° - 37,5°

NORMAL

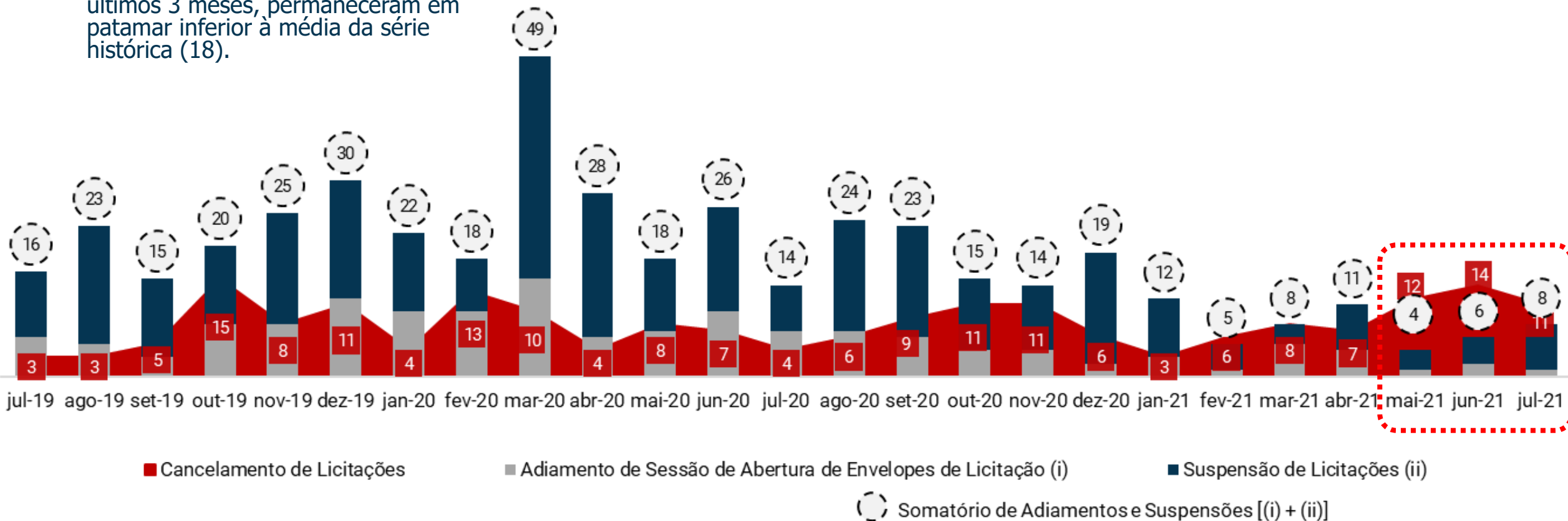
Patamar mais elevado. Os dados do mês apresentam um comportamento, bem mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

Variáveis do TRP:

adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

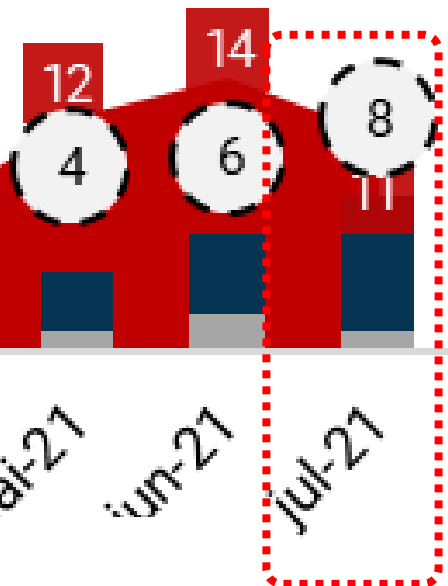
1 Os adiamentos e suspensões de licitações, embora em elevação nos últimos 3 meses, permaneceram em patamar inferior à média da série histórica (18).

2 Já o número de cancelamentos de licitações (11) registrou queda, alcançando patamar inferior aos 2 últimos meses observados.

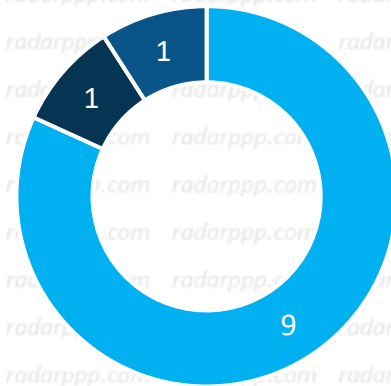


de olho no detalhe

Perfil das **11 licitações canceladas** de julho/2021, por motivo do cancelamento, segmento e ente federativo.

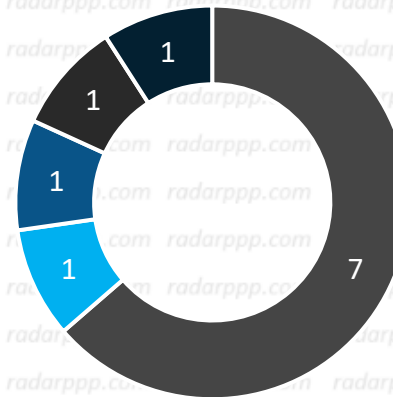


MOTIVO DO CANCELAMENTO



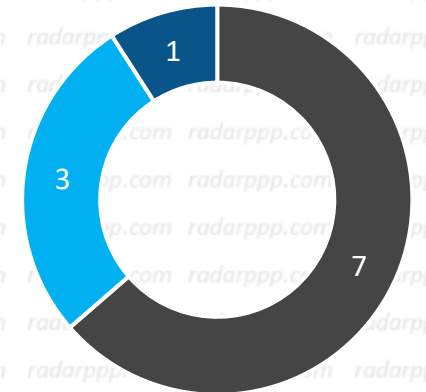
- Licitação Deserta
- Licitação Fracassada
- Conveniência e Oportunidade da Administração Pública

SEGMENTO DOS PROJETOS COM LICITAÇÃO CANCELADA



- Terminais Rodoviários
- Eficiência Energética e Tecnologia
- Mobilidade
- Unidades Administrativas e Serviços Públicos
- Estacionamentos

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELO PROJETO



- Estado
- Município
- União

Em caso de dúvidas quanto aos status dos projetos, consulte <https://www.radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/>

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em [radarppp.com](https://www.radarppp.com), 02 de agosto de 2021. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

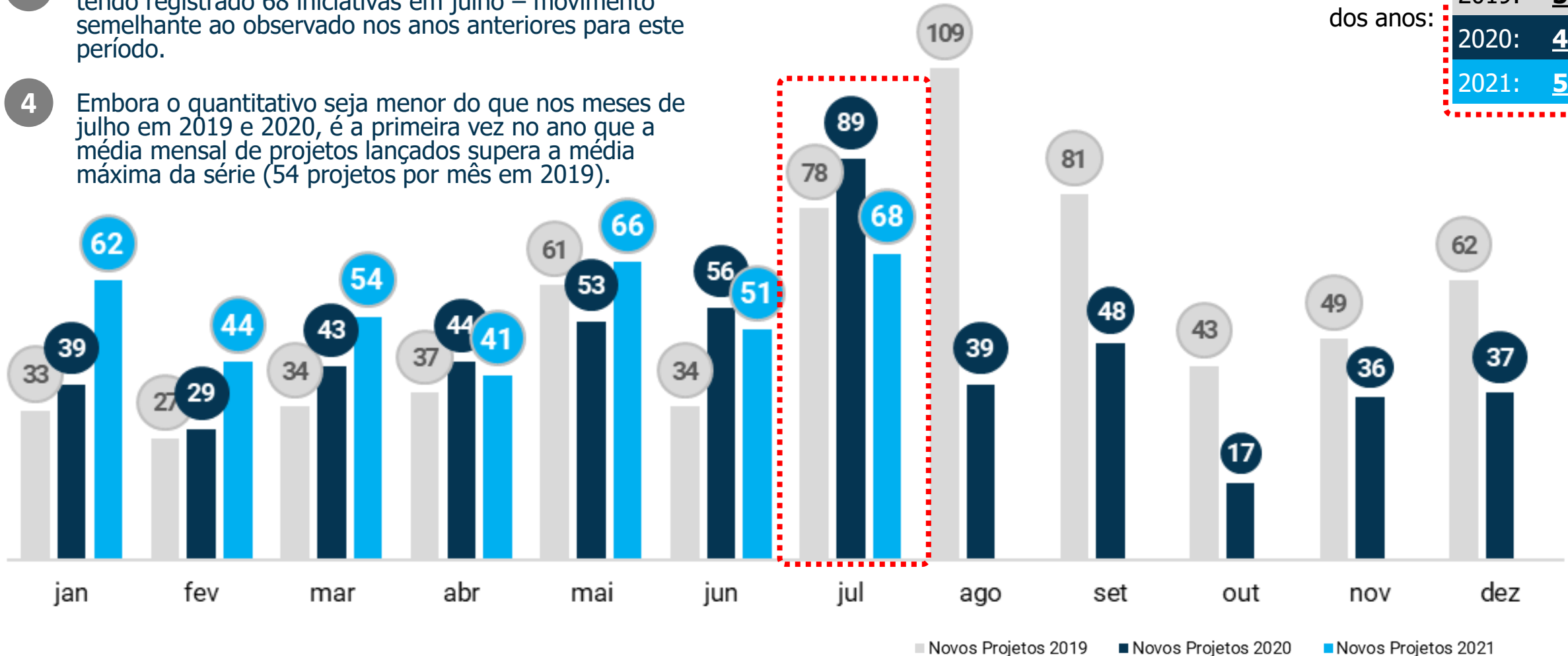
Variáveis do TRP:

projetos novos

- 3 O lançamento de novos projetos apresentou aumento, tendo registrado 68 iniciativas em julho – movimento semelhante ao observado nos anos anteriores para este período.
- 4 Embora o quantitativo seja menor do que nos meses de julho em 2019 e 2020, é a primeira vez no ano que a média mensal de projetos lançados supera a média máxima da série (54 projetos por mês em 2019).

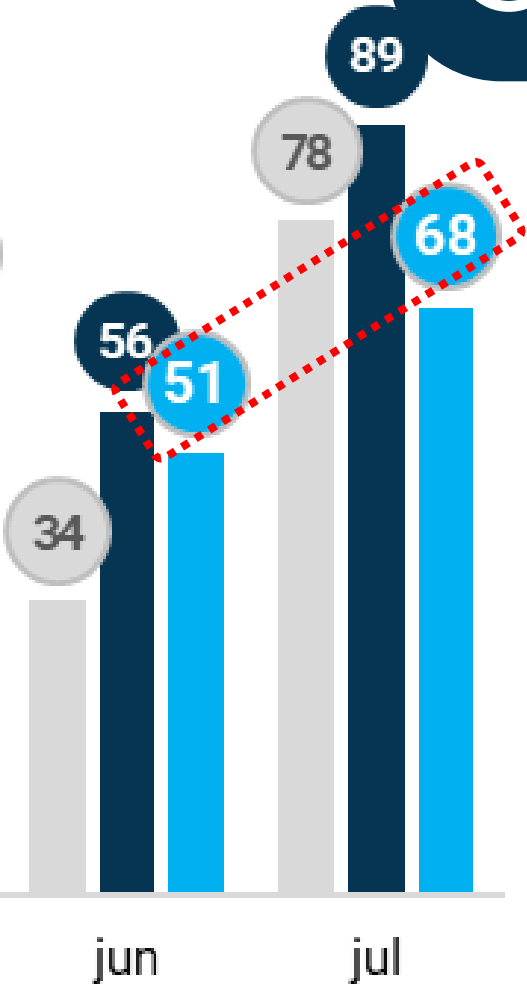
Média mensal dos anos:

2019:	54
2020:	44
2021:	55



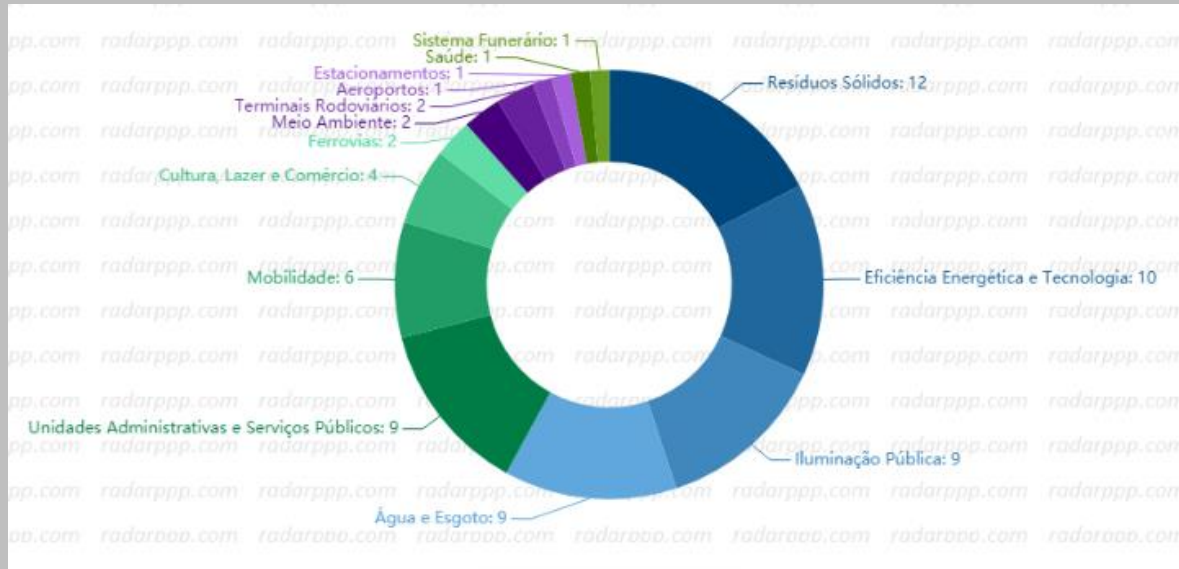


de olho no detalhe

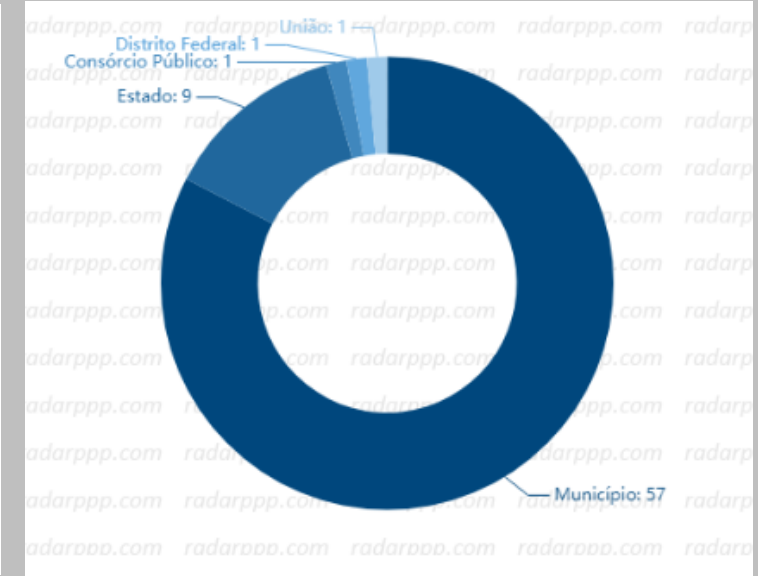


Os **68 novos projetos** de julho/2021 distribuídos por ente federativo e segmento.

SEGMENTO DOS NOVOS PROJETOS



ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELO PROJETO



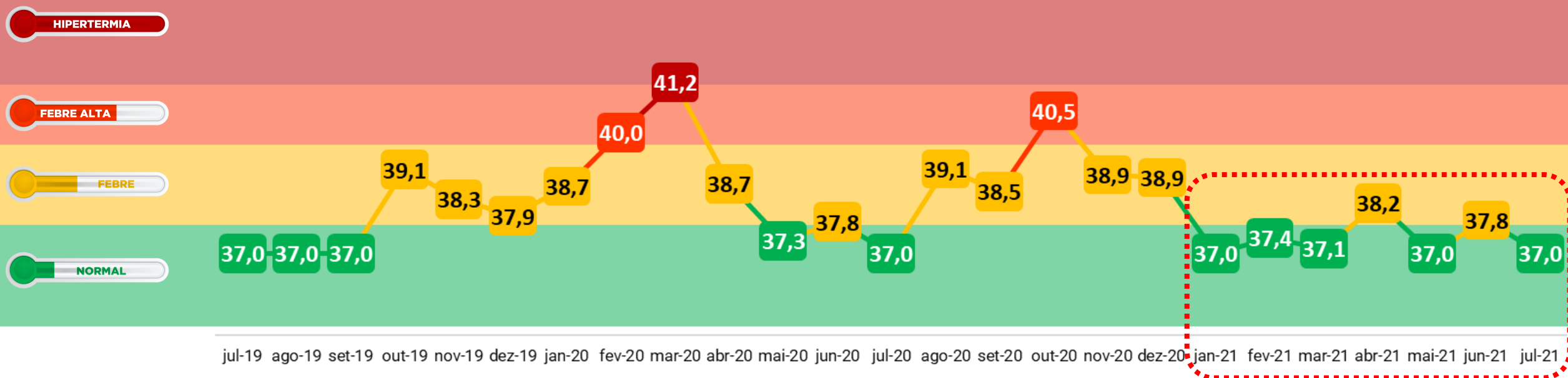
* Considera a reclassificação de um projeto no segmento de Portos para o segmento Cultura, Lazer e Comércio, realizada ao longo do mês.

Em caso de dúvidas quanto aos status dos projetos, consulte <https://www.radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/>

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em [radarppp.com](https://www.radarppp.com), 02 de agosto de 2021. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos TPR 2019 – 2021

- 5 A temperatura do TRP retomou ao **estágio normal**, igualando-se ao que foi observado nos meses de julho de 2019 e 2020. A média mensal em 2021 permanece em queda (37,3°C) e segue abaixo da média de 2020 (38,9°C).
- 6 A situação saudável do TRP em julho deve-se, novamente, à atuação das cidades, já em primeiro ano de mandato, para incrementar suas carteiras de concessão e PPP.



jul-19 ago-19 set-19 out-19 nov-19 dez-19 jan-20 fev-20 mar-20 abr-20 mai-20 jun-20 jul-20 ago-20 set-20 out-20 nov-20 dez-20 jan-21 fev-21 mar-21 abr-21 mai-21 jun-21 jul-21



Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Análise de Segmento

Iluminação Pública



OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS



2 de agosto de 2021

O Radar de Projetos

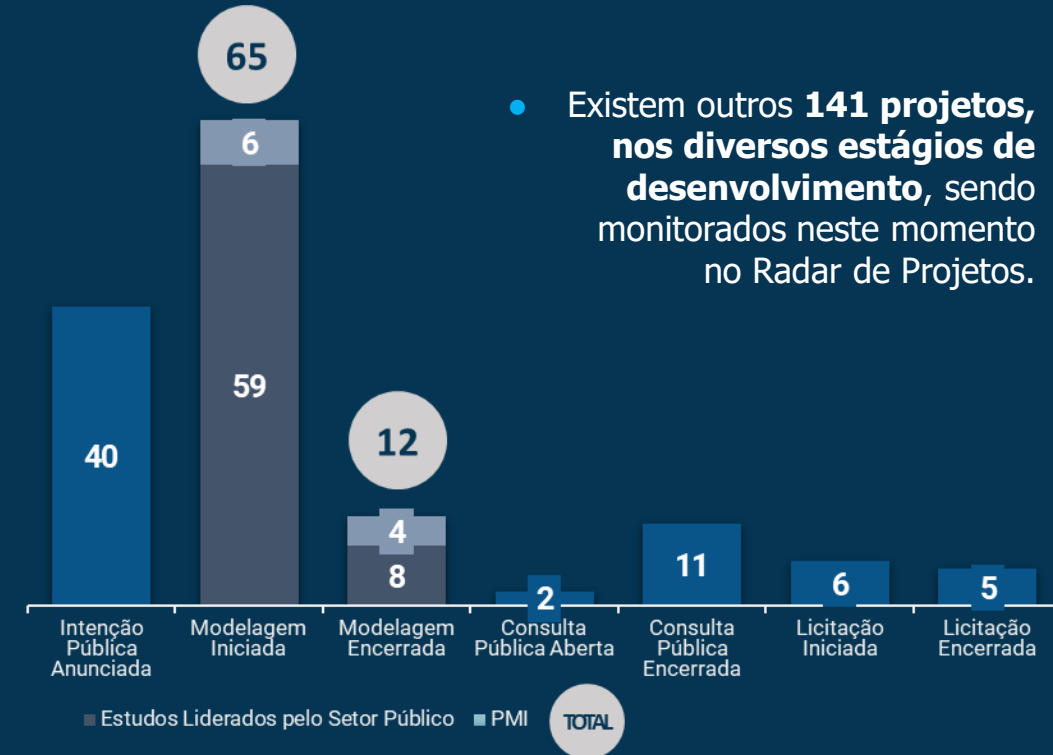
OFERECIDO POR:

DESENVOLVIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS



- O segmento de Iluminação Pública é o primeiro em concentração de projetos, com 424 iniciativas identificadas.
- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, informações sobre mais de 3.100 projetos, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- São 54 os contratos de PPP no segmento de Iluminação Pública monitorados em nosso banco de dados.



- Existem outros 141 projetos, nos diversos estágios de desenvolvimento, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há 229 outros projetos, não computados no gráfico acima, e muitos deles alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses, de modo que podem retornar para situação de projetos ativos em 2021.

Iluminação Pública



Nos últimos 30 dias...

9
novos projetos
inseridos

foram detectados 9 novos projetos, distribuídos em 5 estados diferentes – destaque para Minas Gerais (5).

1
consulta pública
aberta

1 projeto alcançou a fase de Consulta Pública, cujo concedente é município em Minas Gerais.

3
licitações
publicadas

3 Licitações iniciadas em municípios de Piauí, Minas Gerais e São Paulo.

81
novidades
capturadas

81 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 100 projetos, atualizando seus históricos.

37
eventos
mapeados

a agenda dos projetos revela 37 eventos associados a 15 projeto para os próximos 30 dias.

Novos
ProjetosIluminação Pública
Iluminação Pública

Modelagem – PMI Iniciado



Piumhi | Minas Gerais

Iluminação Pública
Iluminação Pública

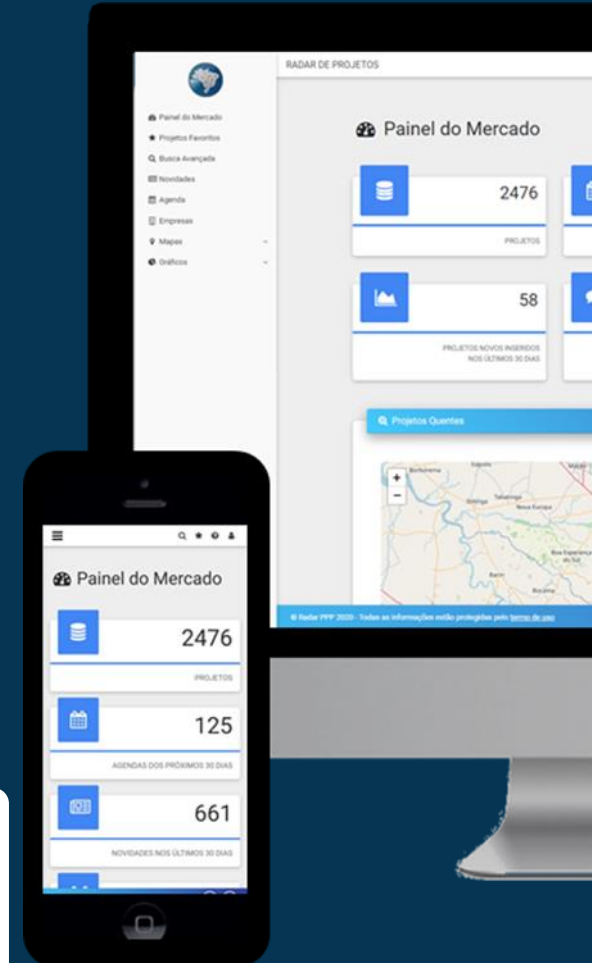
Intenção Pública Anunciada



Lajeado | Rio Grande do Sul

Iluminação Pública
Iluminação PúblicaModelagem – Estudos Liderados
pelo Setor Público Iniciados

Paracatu | Minas Gerais



Modelagens de IP: Aproximação dos institutos da PPP Administrativa e dos contratos de prestação de serviços regulados pela Nova Lei de Licitações

A necessidade de implementar o uso eficiente de energia elétrica e fomentar o uso de inovação e tecnologia fez com que muitos municípios percebessem a necessidade de realizar projetos de modernização de seus parques de iluminação pública e resultando em inúmeros projetos de gestão e eficiência energética saindo do papel nos últimos anos. Isso sem falar dos quase 140 projetos de iluminação pública que estão em andamento e dos mais de 200 projetos atualmente paralisados pelos mais variados motivos e que podem ser retomados a qualquer momento.

Dadas as restrições fiscais e as regras contidas na Lei Federal n. 8.666/93 que vedavam a inclusão, no objeto da licitação, da obrigação de o contratado obter recursos financeiros para a execução do contrato, muitos dos projetos recentes de iluminação pública e eficiência energética foram modelados como contratos de parcerias público-privadas (PPPs), na modalidade de concessões administrativas, que nada mais são que contratos de prestação de serviços em que a Administração Pública figura como usuária, direta ou indireta, dos serviços. As PPPs não apenas são usadas para lidar com a escassez de orçamento público para a modernização dos parques, mas também para que seja possível para perseguir maior nível de qualidade na prestação de serviços, já que a remuneração do privado pode estar vinculada ao seu desempenho.

Com a edição da Nova Lei de Licitações (Lei Federal n. 14.133/21) abre-se caminho para que as modelagens de projetos neste setor possam também ser estruturadas como contratos de eficiência, definidos por lei como contratos de prestação de serviços, que podem incluir obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de reduzir as despesas correntes do contratante, sendo o contratado remunerado com base em percentual da economia gerada. Tal modalidade de contrato já era permitida pela Lei Federal n. 13.303/16 (Lei das Estatais) para as empresas públicas e sociedades de economia mista, de forma que a grande inovação em tela é a ampliação de sua utilização para a Administração Pública direta, notadamente pelos municípios.

Assim, com fim da vedação de atribuição ao particular da responsabilidade pelo financiamento e possibilidade de estabelecimento de remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, houve significativa aproximação dos institutos.

**Contribuição de Bruno Vianna Espírito Santo, advogado da área de Infraestrutura do Azevedo Sette*

Não se pode ignorar, contudo, que um dos elementos definidores das PPPs é o oferecimento, pelo Poder Público, de garantia de pagamento da contraprestação pública – única ou principal fonte de remuneração das concessionárias nessa modalidade contratual. Assim, o apetite da iniciativa privada para participar em certames regidos pela Nova Lei de Licitações, assumindo a responsabilidade pela captação de recursos e realizando, por vezes, vultosos investimentos em bens que passarão para a propriedade do Poder Público, estará atrelada à confiabilidade do contratante no que toca a remuneração do contratado ou ainda à estruturação de garantias de pagamento similares às adotadas nas PPPs.

As diferenças mais significativas ainda existentes repousam sobre os critérios de julgamento e a necessidade de realização de estudos orçamentários e de vantajosidade prévios, conforme exigidos pelo art. 10 da Lei de Parcerias Público Privadas.

Neste particular, de se notar que embora a Nova Lei de Licitações não exija a realização de estudos prévios de *Value for Money*, a adoção do critério de julgamento pelo maior retorno econômico para a Administração – admitida em contratos de eficiência – acaba por exigir uma profunda análise dos custos incorridos pela Administração para a execução dos serviços de forma direta, devendo o contratado ser remunerado com um percentual sobre a economia que se estima gerar. Essa análise, inclusive, deverá compor os estudos técnicos que embasam a contratação e que instruirão os editais com os parâmetros técnicos mínimos necessário para a atuação dos particulares. Isso por si só não assegura o *Value for Money* da contratação, já que este também passa pela avaliação da qualidade dos serviços prestados, mas já mitiga alguns riscos de responsabilização dos agentes públicos.

Dito isso, é importante que se note que os contratos de eficiência também permitem o estabelecimento de níveis de desempenho adequados, com impactos na remuneração do contratado, fazendo com que os municípios passem a considerar também a contratação da gestão e modernização dos parques de iluminação pública, e o consumo eficiente de energia em prédios públicos, por meio da celebração de contratos de eficiência.

Azevedo Sette
ADVOGADOS



Bruna Bouissou, sócia da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

“Os contratos de eficiência também permitem o estabelecimento de níveis de desempenho adequados, com impactos na remuneração do contratado”





Iluminação Pública

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

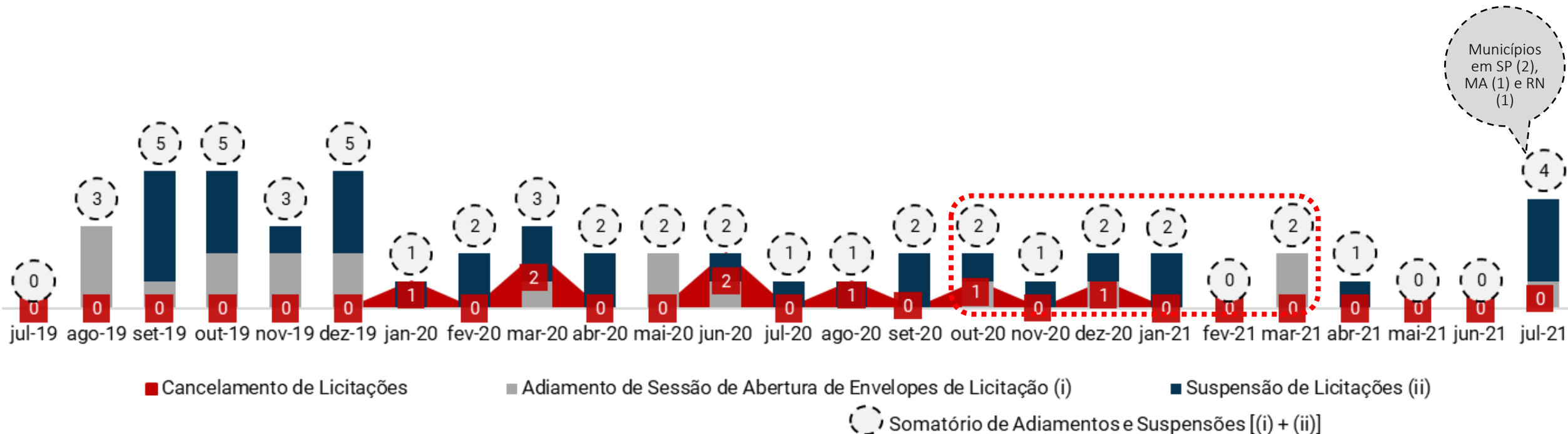




Iluminação Pública

Variáveis do TRP: adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

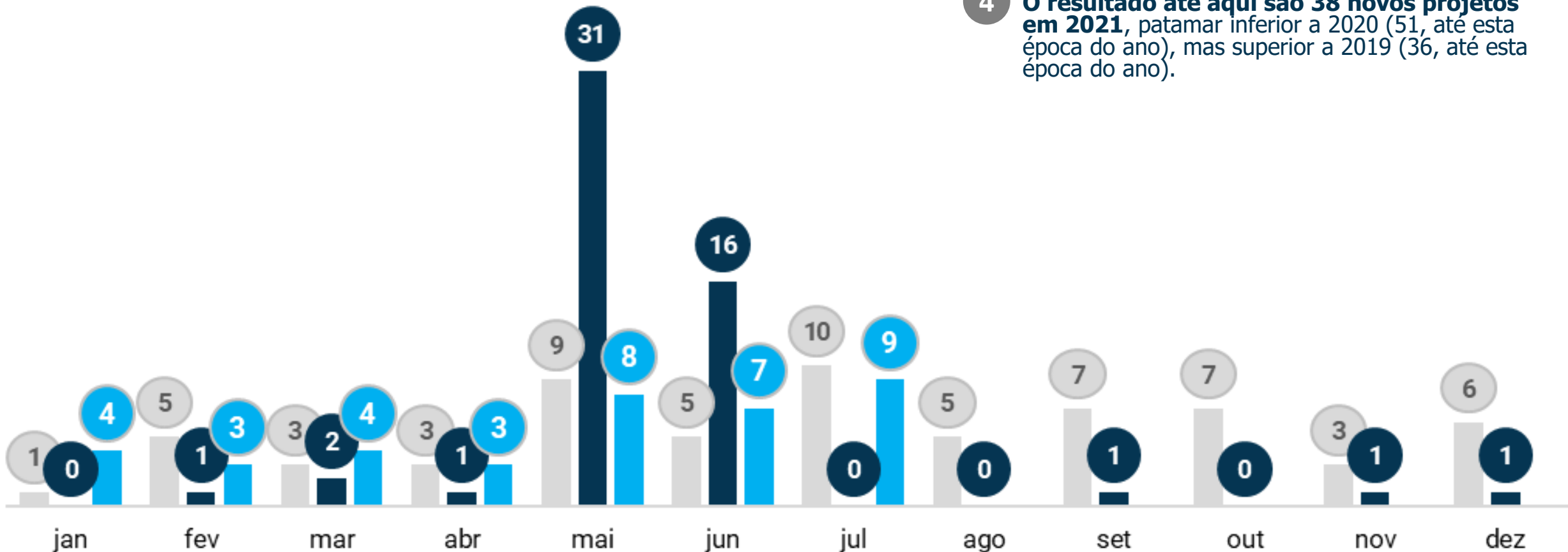
- 1 Pelo sétimo mês seguido, e ao longo de todo o ano de 2021, não foram observados cancelamentos de licitações no segmento.
- 2 Todavia, este mês foram observadas 3 suspensões de licitações e 1 adiamento de abertura de envelopes – este quantitativo (4) se aproxima do máximo da série histórica (5, observado em 3 oportunidades em 2019).



Iluminação Pública



Variáveis do TRP: projetos novos



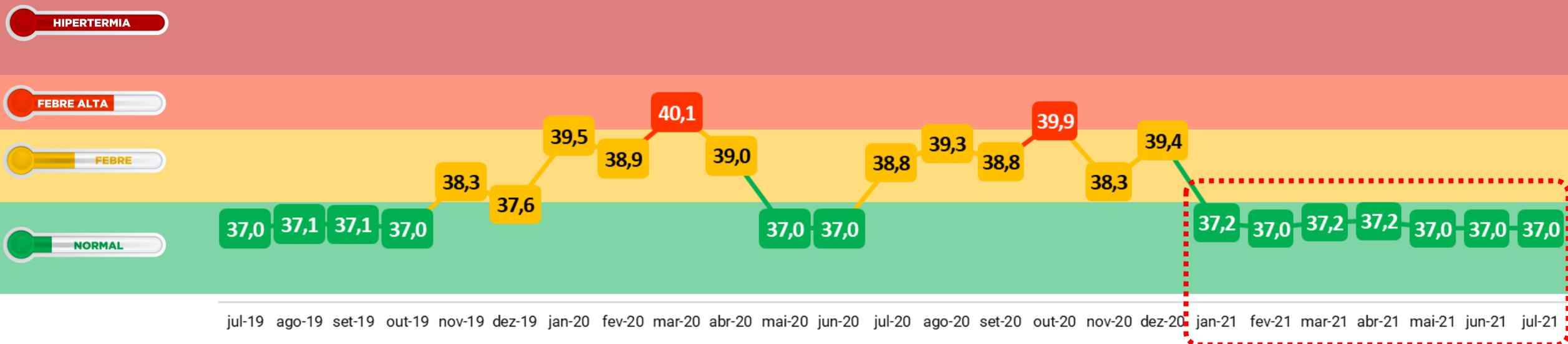
- O segmento de Iluminação Pública voltou a apresentar crescimento no quantitativo de novos projetos (9).
- O resultado até aqui são 38 novos projetos em 2021**, patamar inferior a 2020 (51, até esta época do ano), mas superior a 2019 (36, até esta época do ano).

Iluminação Pública



Evolução do Termômetro do Radar de Projetos TPR 2019 – 2021

- 5 O ano de 2021 tem registrado temperaturas normais para o segmento de Iluminação Pública ao longo de todos os meses.
- O **estágio normal** foi alcançado pelo sétimo mês consecutivo e consolida o estágio mais saudável para o segmento.



Jul-19 ago-19 set-19 out-19 nov-19 dez-19 jan-20 fev-20 mar-20 abr-20 mai-20 jun-20 jul-20 ago-20 set-20 out-20 nov-20 dez-20 jan-21 fev-21 mar-21 abr-21 mai-21 jun-21 jul-21



Leonardo Moreira C. de Souza,
sócio da área de Infraestrutura
do Azevedo Sette Advogados

“A inclusão do pagamento da conta de energia no escopo da PPP implicará em maior ônus financeiro para a Concessionária”

PPPs de Iluminação Pública: quem deve pagar a conta pelo fornecimento de energia?

O setor de iluminação pública é o setor com o maior número de iniciativas de projetos de PPPs em desenvolvimento no País. Nos últimos anos, essas iniciativas foram reforçadas pelos programas de apoio do Governo Federal aos titulares do serviço de iluminação pública. Com isso, houve um forte movimento de padronização dos projetos de IP no País, sem muita variação na modelagem dos projetos que são oferecidos à iniciativa privada.

Há ainda, entretanto, determinados pontos nas modelagens que podem variar em cada projeto, conforme o juízo de oportunidade do Poder Concedente. Um destes pontos é, sem dúvida, a responsabilidade pelo pagamento da conta de energia.

No âmbito de um projeto de PPP de Iluminação Pública, a Concessionária estabelece diversas relações jurídicas com terceiros. Neste rol, a relação com a distribuidora de energia tem papel fundamental, sobretudo por sua importância no estabelecimento de acordos operacionais, compartilhamento de infraestrutura e fornecimento da energia elétrica necessária para a prestação do serviço de iluminação pública.

Nesse sentido, a transferência do encargo referente ao pagamento da conta de energia associada à iluminação pública para a Concessionária, ou sua manutenção com o Poder Concedente, assume especial destaque.

A transferência da obrigação de pagar a conta de energia para a Concessionária pode apresentar vantagens e desvantagens.

Entre as vantagens, alinhada com os principais objetivos das PPPs de Iluminação Pública, temos a eficiência de todo o sistema, com a consequente redução potencial da despesa com a conta de energia, tendo em vista que a assunção do encargo de pagar a conta de energia pela Concessionária, em princípio, permite maior controle sobre a eficiência energética gerada, assim como o impacto dessa despesa na contraprestação recebida e o possível compartilhamento dessa eficiência alcançada com o poder concedente, provavelmente em curto espaço de tempo.

De outro lado, a inclusão do pagamento da conta de energia no escopo da PPP implicará em maior ônus financeiro para a Concessionária, principalmente na necessidade de capital de giro para a operação, e na assunção de maior risco (riscos relativos à oscilação do valor da energia, por exemplo), o que, em tese, poderá aumentar os custos diretos e indiretos do projeto.

A manutenção do pagamento da conta de energia diretamente pelo Poder Concedente pode, em um primeiro momento, aliviar financeiramente a Concessionária e, também, auxiliar a Administração Pública no exercício da fiscalização e regulação do contrato de concessão, principalmente em relação às metas estabelecidas e relativas à potencial redução do gasto com energia elétrica na operação do sistema de iluminação pública.

Em outro ângulo, mantendo-se o Poder Concedente como responsável pelo pagamento da energia, a captura dos benefícios decorrentes da economia de energia no projeto potencialmente aplicáveis ao valor da contraprestação paga no âmbito da PPP poderá ocorrer, relativamente, em menor velocidade. Além deste aspecto, este cenário pode implicar em uma maior probabilidade de descasamento de fluxos, uma vez que os riscos regulatório e tarifário permaneceriam sob responsabilidade do Poder Concedente e poderiam impactar os recursos municipais disponíveis para o projeto.

Portanto, as partes envolvidas na modelagem dos projetos, na fase de estudos e caso a caso, devem sempre ponderar cuidadosamente sobre a viabilidade e conveniência de incorporar a responsabilidade pelo pagamento da conta de energia no escopo da PPP, diante da complexidade, dos riscos envolvidos e da necessidade de se manter a atratividade e sustentabilidade dos projetos.

**Contribuição de Ernesto Medeiros T. de Araújo, advogado da área de Infraestrutura do Azevedo Sette*

O presente documento é um oferecimento de **Azevedo Sette Advogados** e da **Radar PPP**

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.



Azevedo Sette
ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br



O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

 **RADAR PPP**

Visite nosso site: radarppp.com



Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>.